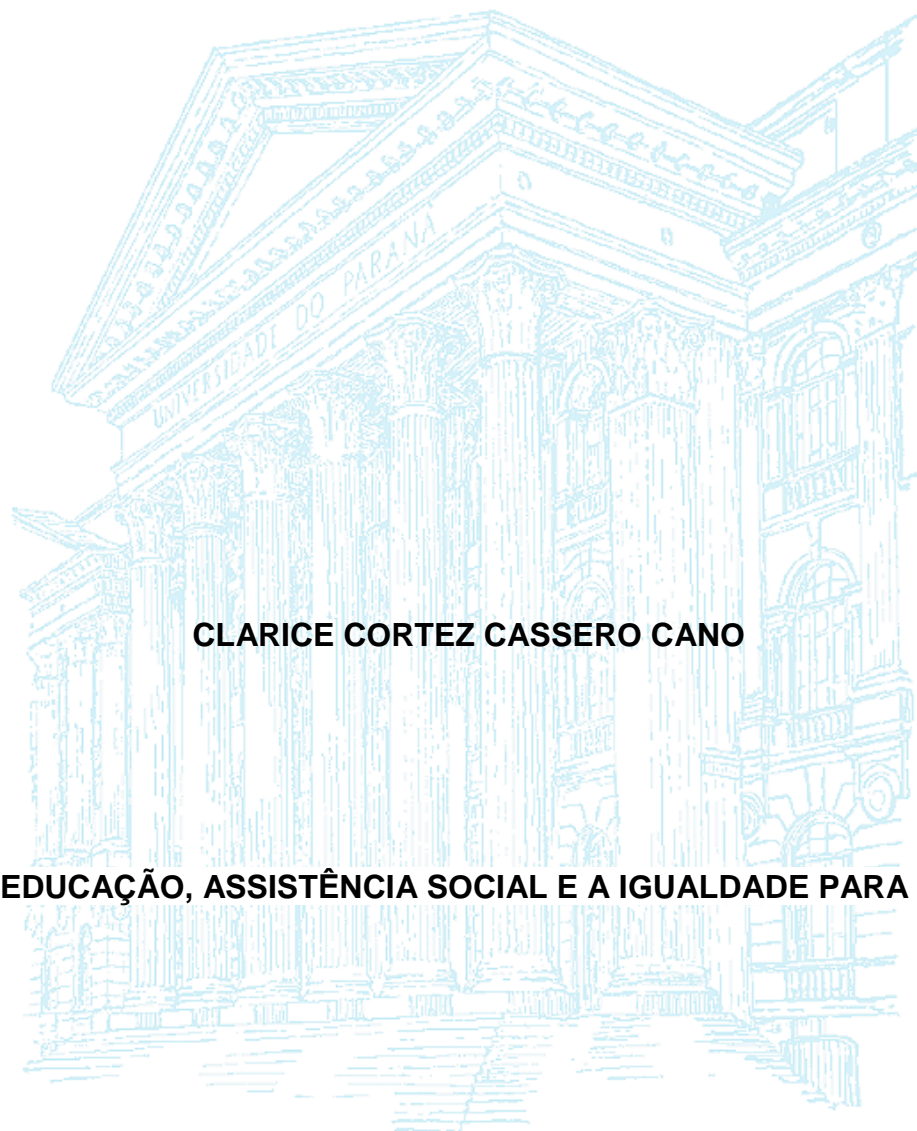


**UFPR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**



**CLARICE CORTEZ CASSERO CANO**

**EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IGUALDADE PARA TODOS**

**CURITIBA**

**2017**

**CLARICE CORTEZ CASSERO CANO**

**EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IGUALDADE PARA TODOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do título pela Universidade  
Federal do Paraná, Curitiba Paraná.  
Orientadora: Profª Me.Lilian de Medeiros.

**CURITIBA-PR  
2016**

## RESUMO

Nos dias atuais as parcerias são a chave para uma sociedade mais justa e igualitária. A partir do momento que as diferentes esferas sociais, educacionais e políticas unem-se em prol de objetivos comuns visando o fortalecimento das questões de igualdade, melhora na qualidade de vida das pessoas em estado de vulnerabilidade social e garantia de acessibilidade e permanência dos estudantes na escola tem-se a concretização dos ideais democráticos e inclusivos. Esta pesquisa objetivou analisar a contribuição da educação, da assistência social e políticas públicas no enfrentamento da condição de extrema pobreza no Brasil resgatando a dignidade das famílias que se encontram nesta situação. Especificamente verificar a educação e a assistência social como direito para igualdade. Este estudo é uma abordagem qualitativa e a metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que o assistente social indica possibilidades para o enfrentamento dos mais diversos problemas sociais vividos pelas famílias dos educandos que irão expressar essas adversidades na sua trajetória acadêmica sob os mais diferentes vieses. A escola por sua vez dispõe de profissionais com olhares que poderão estar auxiliando na atuação do assistente social tendo em vista a sua preparação para as questões sociais e pedagógicas buscando consolidar um elo positivo com as famílias facilitando desta forma a intervenção dos serviços da assistência social o que irá contribuir para o pleno exercício da cidadania e a implementação dos direitos sociais. Neste contexto O Estado apresenta significativa contribuição ao fortalecer e criar políticas públicas para uma distribuição de renda mais justa e uma maior responsabilidade no tocante às questões orçamentárias proporcionando às famílias em estado de vulnerabilidade social e exclusão condições de ascensão social como também às demais esferas envolvidas melhores condições de trabalho o que envolve recursos para a formação continuada dos profissionais, salários mais dignos, condições materiais como prédios adequados com acessibilidade, entre outros.

Palavras – Chave: Educação; Assistência Social; Igualdade; Vulnerabilidade Social; Direitos; Deveres.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação sistemática é comumente um direito de todas e para todos sendo dever da família e do estado, como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, tendo seu preparo para o exercício da cidadania e sua dignidade social. Já envolvendo a assistência social mesmo ao âmbito da educação pode ser inserida no campo dos direitos e deveres igualitários, da universalização dos acessos, das ações pró-permanência de qualidade, e da responsabilidade estatal e/ou municipal com a educação.

Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo as publicações referentes à educação, assistência social e a igualdade para todos, objetivando analisar as

políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos supostamente empobrecidos frente à situação de pobreza e exclusão social que muitas pessoas atravessam. De acordo com ZANETTI 2013,

Os Direitos sociais visam garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos constitucionais, por meio da proteção e garantias dadas pelo Estado Democrático de Direito tendo como prioridade a garantia de uma vida digna, proporcionando ao cidadão a educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer, segurança, moradia, proteção à Maternidade e Infância, e o Direito à Assistência Social, com prestações positivas do estado, por meio de políticas públicas eficazes, garantidoras da efetividade e manutenção, dos direitos básicos para a dignidade humana.

O poder público tem buscado atender os desamparados proporcionando-lhes amparo nas esferas educacionais e da saúde por meio da legislação.

Segundo decreto no ano de 1993 a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, sancionada pelo Presidente Itamar Franco. Justifica-se no âmbito social a respeito do Artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) aponta: A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A problemática que norteou este estudo foi qual a contribuição da educação, da assistência social e políticas públicas para o enfrentamento da condição de extrema pobreza no Brasil?

Este problema surgiu dos anos trabalhados na esfera educacional com pessoas que vivem em condições de extrema pobreza

O objetivo geral deste estudo foi analisar a contribuição da educação, da assistência social e políticas públicas no enfrentamento da condição de extrema pobreza no Brasil resgatando a dignidade das famílias que se encontram nesta situação. Especificamente: verificar a educação e a assistência social como direito para igualdade. Verificar a relação entre escola e direitos humanos; Identificar a relação entre pobreza e cidadania.

Esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: na introdução é apresentado problema da pesquisa, a justificativa, e os objetivos.

O segundo capítulo abrange a revisão da literatura trazendo as contribuições da teoria no tocante à educação e a assistência social como meio para igualdade para todos.

No terceiro capítulo a metodologia é explicitada, apontando, as técnicas e procedimentos da pesquisa.

No quarto capítulo são apontadas as discussões dos resultados.

No quinto capítulo estão as considerações finais.

## **2. Revisão da Literatura**

No Brasil, em pleno desenvolvimento tecnológico, a educação escolar é um produto social desigualmente distribuído. O acesso a um padrão elevado de qualidade depende de fatores como classe socioeconômica, sexo, etnia, local de residência etc. Tais fatores estão diretamente ligados, inclusive, ao tipo de rede escolar a ser frequentado, seja pública ou particular. Pode-se afirmar que, a partir de um certo momento da história (o advento da república), o discurso político-social que insistia sobre a função homogeneizadora e igualitária da escola, que fabrica cidadãos iguais, foi-se esvaziando progressivamente de sua substância. Passa-se a vivenciar uma heterogeneidade provocada pela atual fragmentação da estrutura do sistema escolar brasileiro em várias redes na tentativa de uma enculturação, reproduzindo e acentuando, por muitas vezes, as desigualdades sociais e comprometendo o desenvolvimento econômico e social do país. Como cada rede se dirige a pessoas diferentes, a estrutura do sistema deixa de ser de livre instituição educacional e cultural e passa a acentuar, cada vez mais, disparidades sociais que se refletem em estatísticas educacionais muito diferenciadas e ambíguas. A atual estrutura da educação básica é o reflexo de um histórico de acontecimentos cujas raízes remontam ao descobrimento do país.

A educação pública no Brasil, examinando a atividade do Poder Público, vem combatendo o analfabetismo por meio do ensino básico, lutando contra evasão e repetência escolar, tendo elementos didáticos e pedagógicos atualizados para os ensinos fundamentais e ensino médio, entre outros aspectos da questão. Não é possível resolver o problema da pobreza apenas abrindo escolas. Segundo (Stephanou e Bastos (2005, p. 266), Paulo Freire. Mais da metade dos recursos do Ministério da Educação é aplicada no ensino superior, o que contraria a Constituição

Federal, que dá prioridade ao combate ao analfabetismo e ao ensino fundamental. As prioridades do sistema educacional devem ser: diminuir a repetência nas escolas, ampliar o acesso ao segundo grau e melhorar a qualidade do ensino. Para tanto é preciso treinar professores, melhorar seus salários em função do desempenho e prestar assistência ao estudante com merenda escolar e material didático. A administração pública precisa usar melhor os recursos disponíveis, privilegiando as regiões mais pobres e dando apoio aos estados e municípios assegurando muitos planos de desenvolvimento educacional e social aos desfavorecidos.

## **2.1 Educação como igualdade para todos**

A legislação educacional no Brasil se regulariza na percepção da educação como um direito de todos, crianças, adolescentes, jovens e adultos. É dever da família e do Estado proporcionar o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua designação para o trabalho. MELLO (1986, p. 326) destaca: “O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático.”

O Brasil ainda é um país desprovido na área da educação. Ela precisa ser reconhecida como efetiva assistência social. Enquanto existirem tantas diferenças sociais evidentes em nosso país, seria necessário reconhecer a educação como ferramenta de inclusão social e, conseqüentemente, como assistência social. Para que a educação se torne uma real ferramenta de inclusão social, é imprescindível possuir mais investimentos no campo do ensino fundamental. (MELLO 1986)

Para o mesmo autor, o direito a educação de qualidade não é exercido completamente por todos os cidadãos brasileiros, trazendo assim enormes frustrações à sociedade, pois a educação é o primeiro passo para o desenvolvimento com dignidade do ser humano e o progresso de um país.

## **2.2 Direito à assistência social como igualdade para todos**

De acordo com ZANETTI (2013), a defesa da cidadania, o ordenamento jurídico nacional cominou ao poder Público dever político constitucional, de cumprimento impostergável, em todas as dimensões da organização federativa, de proporcionar às pessoas amparo à saúde e assistência aos desamparados, por meio de um conjunto de medidas associadas à solidariedade humana. Qualquer pessoa carente tem direito à assistência social, independentemente da contribuição à seguridade social.

O artigo 1º da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social assim preceitua: Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (ZANETTI, 2013).

Destarte a legislação contribui para a efetivação de ações conjuntas entre o assistente social e a esfera educacional que promovam uma qualidade de vida atrelada a uma educação de qualidade.

Na área da educação, o serviço de assistente social por meio de seu olhar diferenciado, apresenta-se como um aliado dentre os diversos atores institucionais na área educacional na busca por uma educação de qualidade e que possibilite o acesso democrático a ela como também que permita a esse aluno a sua permanência na escola. (ALVES, 2010)

Ainda para a mesma autora, cabe ao assistente social não só diagnosticar, mas propor alternativas para as problemáticas sociais vividas por muitas crianças. Dentre essas problemáticas destacamos a evasão escolar que se caracteriza hoje como um grande nó a ser desfeito pelos profissionais que atuam na escola. O serviço Social na educação ainda encontra um desafio que é o de construir uma prática de qualidade no meio educacional em favor da igualdade e da justiça social. A escola por sua vez encontra o desafio de contornar a grande demanda por vagas que nem sempre são proporcionais aos números disponíveis na rede pública. Outro desafio encontrado pela escola é o de manter e melhorar a qualidade do ensino. Essa tarefa só será bem sucedida se houver uma parceria entre a escola e a família. O exercício desta parceria precisaser estimulado pelos profissionais da escola que possuam habilidades para balizar o fazer pedagógico e as questões sociais, de modo a proporcionar um canal de comunicação eficaz entre a família e a escola. Essa ação deve ter um objetivo comum que é a promoção do aluno e a certeza de

que algo está sendo feito em prol desse aluno, com o objetivo de assegurar que lhe seja permitido o exercício pleno de sua cidadania.

(Tânia Maria Zanetti) ano 1988.

Do mesmo modo, de acordo com o Artigo terceiro da Constituição Federal são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade justa livre e solidária, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim para assegurar esses direitos, se faz necessário um conjunto coeso de ações de iniciativa dos poderes públicos e das sociedades que irão garantir, através das políticas públicas e sociais, os direitos referentes à saúde, à previdência e à assistência social, garantindo o sustento, os medicamentos, a alimentação e demais direitos para viver dignamente, a quem na velhice ou por não ter condições físicas ou metais, de se sustentar com o trabalho, sendo assim, um direito de todos e uma obrigação do estado.

A assistência social no âmbito da educação é aquela inserida no campo dos direitos, da universalização dos acessos, das ações pró-permanência de qualidade, e da responsabilidade estatal com a educação, agindo em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos destes alunos, incluindo os mais desfavorecidos socialmente. O Serviço Social insere-se no contexto escolar como resultado da união de uma categoria, mas ainda por necessidade face ao contexto social político e econômico que presenciamos. (ALVES, 2010)

A presença do assistente social no âmbito escolar facilita, sobretudo aos filhos de famílias mais carentes, e mesmo a estas, ao acesso aos serviços sociais e assistenciais, através de programas, informações e encaminhamentos realizados a partir da própria instituição que frequentam cotidianamente. O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese à dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio institucionais. (ALMEIDA, 2000).

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de



alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento. (ALVES, 2010)

Ainda para a mesma autora, o direito à educação e a igualdade de acesso e permanência na escola estão expostos, respectivamente, nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988. É preciso entender a educação e a assistência estudantil como um direito social e fazer com que a assistência seja não apenas uma ajuda financeira, mas que articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão promova a transformação dos assistidos.

Esse é o caráter almejado pelo Fonaprace<sup>1</sup> – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis para a Política Nacional de Assistência Estudantil: A Política Social de Assistência nas IFES Públicas, enquanto processo educativo deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (FONAPRACE, 2001).

Como mencionado, o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Artigo seguinte prevê a igualdade de acesso ao ensino bem como a permanência na escola (Art. 206, I), o que também é expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/1996.

Segundo ALVES (2010) dados demonstrados acima, mostram a importância da assistência aos estudantes que oriundos de família com baixa renda, cursaram os ensinos fundamental e médio já em precárias condições – educação defasada, além das próprias condições materiais de existência dessa pessoa e sua família –, e conseguiram superar a barreira do vestibular pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES).

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE, determina: “a adoção de

programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico”.

Acredita-se que também nesse segmento o assistente social tenha papel crucial na criação, implementação e coordenação de ações que visem inserir o aluno de baixa condição sócio econômica em programas de moradia, alimentação, bolsas de atividades/pesquisa, ao adentrar no espaço acadêmico. Ressalta-se que essas ações acima citadas, além de ser um direito, são uma necessidade para a permanência e conclusão do curso de graduação dos estudantes que delas necessitam. (ALVES, 2010)

Juntamente com a saúde e a assistência social, compõe-se a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. A mesma serve para suprir a renda do segurado-contribuinte, quando da perda de sua habilidade de trabalho. (ZANETTI, 2013)

Além da assistência social, existe este seguro social que quando se corresponde em contribuições previdenciárias, com a intenção de prover subsistência ao cidadão, em caso de perda de sua aptidão do ofício do trabalho, que tem como finalidade reconhecer e conceber direitos aos seus segurados. De tal modo Martins (2005, p. 48.) aponta que:

A Seguridade Social engloba um conceito amplo [...] e, na verdade, o gênero do qual são espécies a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde [...]. A Previdência Social vai abranger, em suma, a cobertura de contingências decorrentes de doença, invalidez, velhice, desemprego, morte e proteção a maternidade, mediante contribuição, concedendo aposentadorias, pensões, etc. A Assistência Social vai tratar de atender os hipossuficientes, destinando pequenos benefícios a pessoas que nunca contribuíram para o sistema (ex. renda mensal vitalícia). Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio-acidente.

### **2.3 Direito à igualdade para todos**

A instituição da ONU (Organização das Nações Unidas) tem como objetivo proteger a vida, promover o desenvolvimento e fazer respeitar os direitos de todos,

desde os primeiros momentos da vida. Já, a Unicef (em inglês United Nations Children's Fund) sigla que designa o Fundo das Nações Unidas para a Infância, expõe a Declaração Universal dos Direitos das Crianças:

Princípio I - À igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.

Princípio II - Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.

Princípio III - Direito a um nome e a uma nacionalidade.

Princípio IV - Direito à alimentação, moradia e assistência social e médica adequada para a criança e a mãe.

Princípio V - Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.

Princípio VI - Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.

Princípio VII - Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

Princípio VIII - Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes.

Princípio IX - Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.

Princípio X - Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Diz também no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Toda a criança e adolescente, além de ter todos esses direitos, que devem ser respeitados e promovidos por familiares e toda a sociedade, tem ainda um direito muito importante, o direito ao amor, carinho, a aprender desde pequenino que é com amor que se constrói uma vida digna e melhor para todos.(ZANETTI, 2013).

### **2.3.1 Os direitos sociais como igualdade para todos frente à filosofia**

Os direitos sociais são os que mais se aproximam do princípio da dignidade da pessoa humana e da cidadania, pois visam reduzir as desigualdades entre as pessoas, ajustando os indivíduos as mais completas e dignas condições de vida, Assim, Moraes (2002, p. 202), define os direitos sociais.

Voltando na fala de ZANETTI (2013) os Direitos Sociais são direitos fundamentais para a cidadania, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1º, IV, da Constituição Federal. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos entender o porquê de esses direitos serem chamados de "Sociais", o motivo é bem simples e reside no fato de eles não serem direitos de classe individual, sua aplicabilidade é coletiva, para toda a sociedade, sem distinção, com normas aplicadas, para a sua eficácia, com justiça e ética por parte das autoridades governamentais.

(PIOVESAN,2000, p. 54-55):

A dignidade da pessoa humana, vê-se assim, está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora "as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

As questões igualdade e justiça são discutidas por filósofos e pensadores como: Aristóteles, Rousseau, Locke. De acordo com o Nicz (1981), o grande filósofo grego Aristóteles na sua concepção de Estado exigia que, em nome da justiça, todos fossem tratados com igualdade e, que os indivíduos não se lesassem mutuamente em seus direitos. Para ele, todavia, "se as pessoas não são iguais não receberão coisas iguais". Esta concepção sobre a igualdade aristotélica deve, todavia, ser traduzida aos olhos de seu autor, sob pena de se produzir um reducionismo em seus conceitos. Ele trabalha o conceito de igualdade juntamente com o de justiça. Esta é vista sob o ângulo de sua multiplicidade de sentidos e quanto a sua ambiguidade, aqui voltada aos termos justiça e injustiça.

Na doutrina aristotélica-tomista justiça corresponde a “dar a cada um o que é seu, segundo uma certa igualdade”. De acordo com esta doutrina, surgem três elementos que consubstanciam a justiça:

a) a alteridade ou *alteritas*, que é a demonstração da necessidade da existência de mais de um sujeito, uma vez que a justiça sempre se processa em relação a outrem e nunca a si próprio;

b) o devido ou *debitum*, que é a configuração de dar a cada um o que é seu. Este *debitum* é atribuído segundo uma igualdade (*aequalitas*);

c) o terceiro elemento é a igualdade, ou *aequalitas*, que atribui uma determinada flexibilidade ao sistema. A igualdade pode ser absoluta ou aritmética, como, também, proporcional ou geométrica.

Assim, nessa igualdade obedece-se à medida estabelecida pela lei. Lei e justiça comutativas se entrelaçam e regem as relações entre os particulares, de modo que cada um receba o que é seu. É a aplicação do devido, e a igualdade seguida é a aritmética.

A justiça distributiva rege as relações dos poderes públicos em relação aos particulares, obrigando que os bens e encargos sejam repartidos proporcionalmente entre os indivíduos que compõem a sociedade. É a igualdade proporcional”. (NICZ, 1981, p.94/95).

Na justiça comutativa, a regra é a igualdade das duas partes intervenientes na permuta, ao passo que na justiça distributiva a regra é a desigualdade para remunerar cada qual segundo os seus méritos: os serviços desiguais, retribuição desigual. (CAETANO, 1977, p.184).

NICZ (1981) comenta que aos olhos de Aristóteles nem todos eram considerados cidadãos, uma vez que muitos nem possuíam ou exerciam direitos. Assim, enquanto de um lado era dada aos cidadãos a possibilidade de participação, de outro, os demais eram vistos como seres inferiores que formavam um contingente de escravos e, portanto, não gozavam da possibilidade de ocuparem cargos ou receberem bens do Estado. Aliás, a importância sob este ângulo decorre das lições pronunciadas pelos filósofos antigos, acrescido ainda da contribuição dada pelo cristianismo para sua construção.

De acordo com NICZ (1981) a igualdade e a fraternidade que o cristianismo proclamou, asseguravam a todos os homens os mesmos direitos. Esta concepção de igualdade sob os olhos de Aristóteles de que alguns nasceram para o

mando e outros para a obediência não se resume apenas a ele. Platão, filósofo daquela época, reconhecia também a existência da escravidão onde alguns nasceram para comandar e outros para obedecer.

Também Jean-Jacques *Rousseau* (1754) teceu considerações acerca da igualdade, tanto no seu “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”, como também no “Contrato Social”, de 1762.

No “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”, Rousseau aponta a existência de uma desigualdade natural ou física decorrente da idade, sexo, constituição do corpo, alma, etc. e, outra, denominada de moral ou política proveniente de certos privilégios de que alguns gozam sobre outros, seja por serem mais abastados ou, ainda, mais poderosos e prestigiados. Sendo a chamada desigualdade moral ou política de Rousseau proveniente do estabelecimento de uma convenção firmada pelos membros da sociedade, nesta sua obra ele iniciava o traçar da teoria do Contrato Social.

Voltando a preleção de NICZ (1981) este contrato era estabelecido com base na liberdade de que gozavam os integrantes da sociedade e que, por serem livres, detinham a faculdade de abrir mão de parcela desta em troca da garantia do restante. Portanto, ele configurava a transposição dos homens do estado de natureza para a formação em sociedade, abrindo mão de parcela da liberdade individualizada em prol do todo, todavia, devendo os seus membros continuar com o gozo da maior liberdade tanto quanto possível.

A finalidade do contrato era a conservação plena dos direitos individuais dos cidadãos. Assim, cada um continuava livre e igual. Ao Estado competia eliminar os extremos de pobreza e riqueza, de modo que os homens tornassem-se iguais.

Para ROUSSEAU (1762), por natureza, existiam desigualdades, mas pela convenção do contrato social todos se tornavam perfeitamente iguais. Então, as desigualdades política e moral tiveram o seu início com o estabelecimento do contrato social, isto é, com a formação dos homens em sociedade. Assim, enquanto de um lado, eram superadas as dificuldades impostas pelo estado de natureza decorrente das diferenças naturais, do outro, iniciava-se uma nova e efetiva desigualdade entre os homens.

É importante aqui se lembrar de dois outros pensadores da filosofia política, Pufendorf e Locke, que tiveram influência nas posteriores Declarações de

Direitos dos Homens. Agora, se lê Declarações Universais de Direitos Humanos (DUDH).

Para Pufendorf, citado por Nicz(1981) o fundamento material do direito natural repousa na liberdade, igualdade e sociabilidade dos homens. A liberdade origina-se da dignidade natural e, em razão desta, é igual em todos, fazendo com que, juridicamente, por direito natural, todos os homens sejam iguais. A igualdade de todos é o fundamento do direito natural,

Para Locke, o indivíduo possui direitos naturais inalienáveis que não podem ser abdicados, em razão de todos os homens serem livres e iguais. A sua teoria foi vista à época como a mais ajustada aos princípios do direito natural e que melhor garantia os direitos do homem, (NICZ, 1981).

A primeira Declaração dos Direitos do Homem – passo decisivo na história da humanidade – recebeu a influência de Pufendorf e Locke, sendo este último conhecido como pai espiritual da Declaração de Virgínia.

De acordo com NICZ(1981) a igualdade visada manifestava discordância na possibilidade da obtenção de vantagens e privilégios concedidos à aristocracia e aos monarquistas. O que se pretendia era estabelecer a viabilidade de que os mais talentosos, trabalhadores ou com outros predicados é que seriam os recompensados. Afastava-se, assim, pelo menos era esta a pretensão, de que a ninguém ou a nenhum grupo era dado o poder de conquistar vantagens previamente.

Esse tipo de igualdade gerou as desigualdades econômicas, porque fundada “numa visão individualista do homem, membro de uma sociedade liberal relativamente homogênea”. (SILVA, 2000, p.217).

Assim, buscava-se estabelecer a igualdade perante a lei, isto é, a igualdade formal. Não se visualizava alcançar ainda a igualdade material.

Esta despreocupação com o alcance da igualdade material era natural e justificável, uma vez que àquela época o desenvolvimento do tema se fazia face ao liberalismo clássico decorrente de aspectos ideológicos desenvolvidos naquele momento. O que se buscava era realçar uma igualdade oriunda do talento e do esforço de cada um. Tanto que a própria Declaração em seu art.6º admitia a diferenciação proveniente de suas virtudes e seus talentos. Em nenhum momento se pensava na possível participação do Estado como instrumento de concessão de benefícios para fins de proporcionar uma maior igualdade, (NICZ, 1981).

O mesmo autor revela que esta Declaração de Direitos vinha inclusive prestigiar a lei (o princípio da legalidade) como instrumento indispensável ao alcance da igualdade. Assim é que em seu art.4º dispunha: A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique a outrem: em consequência, o exercício dos direitos naturais de cada homem só tem por limites os que assegurem aos demais membros da sociedade a fruição desses mesmos direitos. Tais limites só podem ser determinados pela lei.

Entretanto, na Constituição da república Federativa do Brasil de 1988, visando alcançar o Estado Democrático de Direito consignado no “caput” do art. 1º e, também mencionado no seu Preâmbulo, acolhe, evidentemente, a concepção de tal princípio, tanto sob a ótica formal quanto material. Portanto, a instituição de um Estado Democrático, nos termos da intenção manifestada pelo constituinte na parte preambular da Constituição, aponta o caminho pretendido de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais” e, dentre outros “a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

### **3. Metodologia**

A metodologia utilizada na referida pesquisa foi à bibliográfica que segundo Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Corroborando com esta afirmação SEVERINO (2007, p.122) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”

É também no capítulo III que SEVERINO fala sobre técnicas de coleta de dados: documentação, entrevistas (diversos tipos), observação e questionários.



#### 4. Análise dos resultados

A análise bibliográfica apontou que alguns autores como MELLO (1986) encontram na educação uma das formas de concretização do ideal democrático e de inclusão social aliado à assistência social.

Partindo deste apontamento, ALVES (2010) apresenta a ideia que o Serviço Social inserido na esfera educacional é o resultado da união de uma categoria por necessidade frente ao contexto social político e econômico devido à falta de recursos financeiros para ampliar os programas de bolsas estudantis e assistenciais. Essa parceria precisa ser estimulada pelos educadores tendo em vista as habilidades que estes profissionais apresentam para trabalhar com as questões sociais e o pedagógico estimulando a participação das famílias na vida escolar de seus filhos. A esfera da assistência social objetiva propor alternativas para os problemas sociais vividos pelos educandos dentre eles destacando-se a evasão escolar buscando construir práticas pautadas na igualdade e justiça. Atenta que o ponto de convergência entre estas duas esferas é assegurar o exercício à cidadania.

As questões: igualdade e justiça foram discutidas por filósofos e pensadores como: Aristóteles, Rousseau, Locke.

Para o filósofo grego Aristóteles o Estado em nome da justiça, todos precisam ser tratados com igualdade e, que os indivíduos não se lesassem mutuamente em seus direitos. Rousseau aponta a existência de uma desigualdade natural ou física decorrente da idade, sexo, constituição do corpo, alma, etc. e, outra, denominada de moral ou política proveniente de certos privilégios de que alguns gozam sobre outros, seja por serem mais abastados ou, ainda, mais poderosos e prestigiados. Para Locke, o indivíduo possui direitos naturais inalienáveis que não podem ser abdicados, em razão de todos os homens serem livres e iguais.

ZANETTI (2013) apontou que os Direitos Sociais são direitos fundamentais para a cidadania, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida dos educandos e suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Nesta ótica o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que: A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades,

a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

ZANETTI (2013) completa o que a Lei preconiza apontando que toda a criança e adolescente, além de ter todos esses direitos, que devem ser respeitados e promovidos por familiares e toda a sociedade, têm ainda um direito muito importante, o direito ao amor, carinho, a aprender desde pequenino que é com amor que se constrói uma vida digna e melhor para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos dias atuais as parcerias são a chave para uma sociedade mais justa e igualitária. A partir do momento que as diferentes esferas – sociais, educacionais e políticas unem-se em prol de objetivos comuns que visam o fortalecimento das questões de igualdade, melhora na qualidade de vida das pessoas em estado de vulnerabilidade social e garantia de acessibilidade e permanência dos estudantes na escola tem-se a concretização dos ideais democráticos e inclusivos.

O assistente social neste cenário indica possibilidades para o enfrentamento dos mais diversos problemas sociais vividos pelas famílias dos educandos que irão expressar essas adversidades na sua trajetória acadêmica sob os mais diferentes vieses. A escola por sua vez dispõe de profissionais com olhares que poderão estar auxiliando na atuação do assistente social tendo em vista a sua preparação para as questões sociais e pedagógicas buscando consolidar um elo positivo com as famílias facilitando desta forma a intervenção dos serviços da assistência social o que irá contribuir para o pleno exercício da cidadania e a implementação dos direitos sociais.

Neste contexto O Estado apresenta significativa contribuição ao fortalecer e criar políticas públicas para uma distribuição de renda mais justa e uma maior responsabilidade no tocante às questões orçamentárias proporcionando às famílias em estado de vulnerabilidade social e exclusão condições de ascensão social como também às demais esferas envolvidas melhores condições de trabalho o que envolve recursos para a formação continuada dos profissionais, salários mais dignos, condições materiais como prédios adequados com acessibilidade, entre outros.

Portanto a busca por uma sociedade mais justa e cidadã perpassa por questões de manutenção de poder, de parcerias para a plena efetivação dos direitos sociais os quais trazem dignidade e qualidade de vida ao ser humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *O Serviço Social na Educação*. In: *Revista Inscrita*. Nº 6 CFESS, 2000. p.19-24.

ALVES, Ilza Maria Da Silva: *Desafios e possibilidades de atuação do assistente social: a área da educação como espaço sócio-ocupacional*. No XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais; Brasília, 31 de Julho a 05 de Agosto de 2010 Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em [http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083\\_.html](http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html). Acesso em 24 set. 2016.

ALVES, Ilza Maria Silva. Perfil Sócio Econômico do aluno da ESEBA. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2005. (Relatório).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996. págs. 198 – 214.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1995.

*BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 1990*

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 1996

BRASIL. *Constituição Federal*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 26 set. 2016.

CAETANO, Marcelo. Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1977. v.1.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo*. 15. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. *Educação em debate*. Organização: Maria Aparecida Baccega. São Paulo: Moderna, 1998. ps. 127-141.

CEFESS. *Código de ética do Assistente Social*. 3ª ed. Brasília. CFESS, 1997.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, através da). Disponível em <http://www.dudh.org.br/definicao/documentos/> acesso em: 24 set. 2016.

DELGADO, Gabriela. Direito Fundamental ao Trabalho digno. São Paulo: LTr, 2006.

Especialização Ead (Educação A Distância) em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) - Câmpus De Miracema, TO pela **Universidade Federal do Tocantins**.

GOLDEMBERG, José. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141993000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004) acessado 24 set.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Curso de Direitos Fundamentais*. 3 ed. São Paulo: Editora Método, 2008.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. São Paulo: Atlas, MARTINS, Sergio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. São Paulo: Atlas, 2005.

MELLO FILHO, J. C. de. *Constituição federal anotada*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo jurídico do princípio da Igualdade*. São Paulo: Malheiros, 1993.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*, 2002

MORGADO, M. A., MOTTA, M. F. V. (org.) *Juventude de Classe Média e Educação – cenários, cenas e sinais*. Brasília: Líber Livros, 2006

NETO, J.P. *Transformações societárias e serviço social: Notas para uma análise retrospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XVII. Nº. 50 abril de 1996.*

NICZ, Alvacir Alfredo. *A liberdade de iniciativa na Constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

NICZ, Alvacir Alfredo. *O Princípio da Igualdade e sua significação no estado democrático de direito*; disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8420&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8420&revista_caderno=9). Acesso em 26 set. 2016.

PIMENTA BUENO, José Antonio. *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1958.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

RIOS, Roger Raupp. O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. Brasília: Revista de Informação Legislativa, Ano 33, n. 131, jul/set, 1996.

SAULE JÚNIOR, Nelson. Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro. Ordenamento constitucional da política urbana. Aplicação e eficácia do plano diretor. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 32. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

SILVA, Wanderlei Sérgio da; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica - Disciplinas On-line. Universidade Paulista, Unip Interativa. Disponível em [http://adm.online.unip.br/img\\_ead\\_dp/31517.PDF](http://adm.online.unip.br/img_ead_dp/31517.PDF). Acesso em 24 set. 2016.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. *Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1991, ps. 3-121.

VadeMecum Saraiva - 11ª Ed. 2011 - -Editora Saraiva

ZANETTI, Tânia Maria. *Os direitos sociais garantia de dignidade do ser humano*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 08 out. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.45414&seo=1>>. Acesso em: 24 set. 2016.